

com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(vi) Reservas minerais e vida útil de minas - as estimativas de reservas minerais são anualmente avaliadas e atualizadas pelos especialistas da Companhia. As reservas possíveis, provadas e prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas possíveis, provadas e prováveis registradas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de "impairment".

(vii) Provisão para recuperação do meio ambiente - tem como objetivo principal a formação de valores de longo prazo, para o uso financeiro no futuro, no momento de encerramento do uso do ativo. As provisões realizadas pela Companhia referem-se, basicamente, ao fechamento de mina, com a finalização das atividades minerárias e a desativação dos ativos vinculados à mina. A Companhia reconhece uma obrigação para desmobilização de ativos no período em que se estima esta deverá ocorrer. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas à recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por tratar-se de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação e vida útil do ativo, considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados:

- i) Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas.
 - Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation").
 - Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
 - Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
 - Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
 - Modificações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
 - Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
 - Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.
- ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture" (d).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRIC 22 - Transações com adiantamentos em moedas estrangeiras (b).
- Melhorias anuais - Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b).
- Alterações à IAS 40 - Transferência de propriedades para investimentos (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017.
(b) 1º de janeiro de 2018.
(c) 1º de janeiro de 2019.
(d) Data de vigência adiada indefinidamente.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É sobre isso que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016		31/12/2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Disponibilidades	3.225	3.409	3.342	44.037
Aplicações financeiras (a)	319	35.743	3.229	3.229
Total	3.544	39.152	6.571	47.266

(a) Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), são remuneradas a taxas que variam entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. ESTOQUES

Composição:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	7.413	5.419
Mercadoria Revenda	825	-
Peças de reposição	10.401	10.673
Produtos em elaboração	-	432
Matérias-primas	4.365	4.262
(-) Provisão para perdas	(61)	(61)
Total	22.943	20.725

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social (a)	5.370	4.092
ICMS (b)	40.695	40.779
PIS	1.310	1.270
COFINS	5.426	4.865
Outros	366	1.569
Total	53.167	52.575
Circulante	9.784	8.566
Não circulante	43.383	44.009

(a) Referem-se a pagamentos antecipados de imposto de renda e contribuição social.

(b) Referem-se a créditos oriundos da aquisição de insumos e imobilizado. Em 3 de julho de 2007, o Diário Oficial do Estado do Pará publicou o Decreto Lei nº 261 alterando o regulamento do ICMS, que resultou em modificações que passaram a possibilitar que a Companhia realize o saldo de ICMS a recuperar. Parte significativa dos créditos acumulados de ICMS será realizado através de transferência para terceiros, principalmente para fornecedores de matérias primas.

7. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

A Companhia detém 100% do capital social da PPSA Overseas Ltd. cuja moeda funcional é o dólar. A controlada tem como propósito prestar serviços administrativos e comerciais para a controladora.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ações ordinárias possuídas em controlada	400.000	400.000		
Participação	100%	100%		
Controladora:				
Patrimônio líquido	123.690	143.895		
Total do Investimento	123.690	143.895		

A movimentação do investimento em controlada, apresentado nas demonstrações individuais, é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	143.894	98.961
Resultado de equivalência patrimonial	(20.204)	44.934
Saldo final	123.690	143.895

As principais informações sobre a controlada estão apresentadas abaixo em valores integrais em 31 de dezembro de 2016:

	31/12/2016
Ativo	124.769
Passivo	1.078
Patrimônio líquido	123.691
Prejuízo do período	(20.205)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado										Intangível		
	Imobilizado												
	Terrenos	Edifícios, benfeitorias	Instalações industriais	Equipamentos	Móveis e utensílios e outros	Direito de exploração de jazida	Decapamento	Fechamento de Mina (vide nota 10)	Imobilizado em andamento	"Impairment"	Total	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.950	13.381	20.227	21.980	5.733	54.017	54.882	11.687	4.843	(8.696)	182.004	433	182.437
Adições	-	-	-	-	(89)	-	10.547	-	6.808	-	17.355	22	17.377
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89)	-	(89)
Transferências	-	144	709	1.977	108	1.504	-	-	(4.442)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.950	13.525	20.936	23.957	5.752	55.521	65.429	11.687	7.209	(8.696)	199.270	455	199.725
Adições	-	-	-	-	-	-	7.289	-	7.884	-	15.173	-	15.173
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	120	2.334	180	2.865	1.085	-	-	-	-	6.584	61	6.645
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.950	13.645	23.270	24.137	8.617	56.606	72.718	11.687	15.093	(8.696)	221.027	516	221.543
Depreciação/amortização acumuladas													
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(3.092)	(5.877)	(2.538)	(2.586)	(17.084)	(45.069)	(7.625)	-	-	(83.871)	(257)	(84.128)
Despesas de depreciação/amortização	-	(833)	(1.563)	(1.054)	(328)	(422)	(9.095)	-	-	-	(13.295)	(89)	(13.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(3.925)	(7.440)	(3.592)	(2.914)	(17.506)	(54.164)	(7.625)	-	-	(97.166)	(346)	(97.512)
Despesas de depreciação/amortização	-	(852)	(1.779)	(1.825)	(348)	(430)	(7.585)	-	-	-	(12.819)	(65)	(12.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(4.777)	(9.219)	(5.417)	(3.262)	(17.936)	(61.749)	(7.625)	-	-	(109.985)	(411)	(110.396)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	3.950	8.868	14.051	18.720	5.355	38.670	10.969	4.062	15.093	(8.696)	111.042	105	111.147
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	3.950	9.600	13.496	20.365	2.838	38.015	11.265	4.062	7.209	(8.696)	102.104	109	102.213
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2014	3.950	10.289	14.350	19.442	3.147	36.933	9.813	4.062	4.843	(8.696)	98.133	176	98.309

	Taxa anual de depreciação/amortização - %
Edifícios, benfeitorias	4%
Instalações Industriais	10%
Equipamentos	5%
Móveis e utensílios e outros	10 a 20%
Direito de exploração de jazida	(*)
Decapamento	(*)
Fechamento de Mina	(*)
Software	20%

(*) A amortização do ativo está sendo feita em função da capacidade estimada da mina e da área explorada, respectivamente, na proporção de sua extração. Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 27 e na interpretação técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 2016 a Companhia efetuou a revisão da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e decidiu que nenhum ajuste é necessário. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração entendeu que não havia indicadores de que algum dos seus ativos intangíveis tinham sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía ativos de seu imobilizado dado em garantia para riscos de natureza trabalhista, previdenciária e/ou tributária.

9. EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 referem-se, basicamente, a contas a receber, principalmente relacionadas a venda de caulim, fornecedores nacionais de serviços administrativos, recursos cedidos a empresas no país e recursos recebidos de empresas no exterior, na forma de contratos de empréstimo de mútuo. Os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é parte de suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os detalhes a respeito dos saldos e transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir.

(CONTINUA)